



CONGRESSO NACIONAL

MPV-449

00283

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data <b>10/12/2008</b>	Proposição <b>Medida Provisória nº 449 de 2008</b>
---------------------------	---

Autor <b>DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO-PTB</b>	nº do prontuário
---	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página 1/2	Artigos 65, 15 a 23, 57 e 58	Parágrafo	Inciso <b>X</b>	Alíneas
------------	------------------------------	-----------	-----------------	---------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO INCISO X DO ARTIGO 65 E, POR CONSEQUÊNCIA, SUPRIMAM-SE OS ARTIGOS 15 A 23 DO CAPÍTULO III E OS ARTS. 57 E 58, TODOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/2008, REFERENTES A REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI Nº 11.638, DE 2007:

Art. 65 ...

X - o inciso V do art. 179, o art. 181, o inciso VI do art. 183 e os incisos III e IV do art. 188 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

.....

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória n. 449 revoga dispositivo (§7º do art. 177 da Lei 6.404/76) que impedia reflexos tributários na adaptação das SAs e empresas de grande porte às novas regras contábeis definidas pela Lei nº 11.638/2007.

A redação do dispositivo, fruto do acordo político que possibilitou a aprovação pelo Congresso Nacional da reformulação da legislação sobre demonstrações contábeis, define que os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.



Ou seja, a revogação do §7º do art. 177 mostra-se em contradição com o entendimento político firmado para a aprovação da Lei 11.638 no Congresso Nacional, no sentido de que a nova lei de demonstrações contábeis não teria repercussão tributária.

A criação de um 'Regime Tributário de Transição', para que as empresas tenham certo período de tempo para se adaptarem a esses efeitos tributários não esperados, é um mero paliativo insuficiente para corrigir o grave problema de desconsideração de acordos políticos firmados no Parlamento.

Partem também de forma inadequada do pressuposto de que as normas sobre demonstrações contábeis terão efeitos tributários os arts. 57 e 58, que, respectivamente, exclui as contas do patrimônio líquido para fins de cálculo dos juros sobre o capital próprio e que explicita que as novas regras da Medida não alteram o tratamento dos resultados operacionais e não-operacionais para fins de apuração e compensação de prejuízos fiscais

Por essas razões, a presente emenda visa restabelecer a ausência de reflexos tributários da Lei 11.638/2007, através da supressão, no inciso X do art. 63, da revogação do §7º do art. 177 da Lei 6.404/76, bem como da supressão de todos os artigos do capítulo III da Medida, referentes ao 'Regime Tributário de Transição', e dos arts. 57 e 58, que pressupõem a existência dos reflexos tributários.

PARLAMENTAR

Brasília, 10 DEZEMBRO 2008

DEP. ARMANDO MONTEIRO

